

Dossier CPLP - Entre expectativas e realidades

Entre o regional e o global

Carlos Lopes

Os monolíngues de português são uma espécie cada vez mais luso-brasileira, e pelo peso demográfico do Brasil, com um grande epicentro na América do Sul. Qualquer política de expansão da língua portuguesa tem de ter uma razão e substracto económico que só o Brasil está em condições de proporcionar.

Uma comunidade define-se por um conjunto de interesses comuns. Não pode haver uma Comunidade, sem comunhão de algo. Se a CPLP se define apenas pelos países serem de língua portuguesa, será essa uma comunhão de interesses suficiente? Como categorizar a existência da CPLP perante os desafios centrífugos da globalização e centrípetos da regionalização?

A especificidade lusófona

Nenhum outro povo ou país terá deixado tantos traços da sua presença no mundo quanto os portugueses. Não há praticamente território costeiro que não tenha visto os portugueses listados entre os primeiros estrangeiros a descobrirem os autóctones. Esta distribuição impressionante de poeiras no caminho poderia ter contribuído para uma ainda mais forte influência do pequeno Portugal. Mas, na realidade, de uma maneira geral, constata-se que, aos poucos, tem-se registado uma evaporação da esfera de projecção de Portugal, e por consequência, da língua e cultura portuguesa. Que razões justificam tal erosão?

A perda do Brasil e das possessões indianas influenciou significativamente as relações de Portugal com “a sua África”. Cada vez mais isolado comercialmente e com o falhanço da sua inserção na revolução industrial, o Portugal do último quartel do séc. XIX assemelha-se a um nobre falido, vivendo dos títulos e regências. As suas principais colónias, Angola e Moçambique, desenvolvem-se com investimentos de outros países europeus. Os portugueses, bem presentes em sectores secundários e monopólios administrativos e financeiros, defendem-se quanto podem, mas a sua influência deteriora-se. Para além das colónias de povoamento, a Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe acumulam atrasos consideráveis em relação aos vizinhos.

Quando se iniciam os movimentos de libertação nacional em África os portugueses estão mal preparados para aceitar desafios de sofisticado controle indirecto ou neocolonial.

Fortes da justificação histórica desenvolvem a ideologia da pluricontinentalidade e multi-racialidade portuguesa, enquanto Gilberto Freire inventa o legitimante luso-tropicalismo. Deveria fazer pouco sentido demonstrar que estas manifestações ideológicas serviam de contrapeso ao inevitável movimento para a independência das colónias africanas. Mas, apesar de tudo, ainda hoje tem peso esta visão distintiva da colonização portuguesa, afinal uma visão muitíssimo recente, e seguramente ligada a uma perda de influência no mundo.

A descolonização só será possível com o ímpeto das lutas armadas na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, que consubstanciaram o isolamento português a nível internacional, e o distanciamento do país em relação ao comboio de reformas na Europa.

Uma descolonização não programada poderia apenas contribuir para uma maior redução da esfera de influência internacional de Portugal. O exemplo paradigmático será o confuso processo de desengajamento de Timor, processo que viria décadas mais tarde a mobilizar tão fortemente as emoções dos portugueses, cheios de remorsos pela forma como terão actuado, no rescaldo de Abril de 1974, quando literalmente abandonaram a sua ex-colónia de uma forma desonrosa.

O Brasil, por seu turno, preso a ditaduras nacionalistas e ao processo caudilhista latino-americano nunca desenvolveu uma ambição lusófona. Para a elite brasileira, África era o sub-mundo que lembrava processos identitários escondidos no próprio país. Longe estava a possibilidade de desempenhar um papel motor na criação de uma comunidade de interesses. No entanto, o facto de o Brasil ser um continente ao lado das outras migalhas lusófonas torna impraticável qualquer ambição comunitária sem a participação dos seus muitos milhões.

Os países de língua portuguesa nascem tarde para uma relação moderna: ou são colónias ou são ditaduras até bem tarde no século XX.

Língua e cultura no espaço mundo

Os reclamados mais de 200 milhões de locutores de português são um mito perpetuado por razões políticas. Na realidade, o número de monolíngues de português em África é cada vez menor, e com a excepção do Brasil, praticamente inexistente noutras partes do mundo. Os monolíngues de português são uma espécie cada vez mais luso-brasileira, e

pelo peso demográfico do Brasil, com um grande epicentro na América do Sul. Qualquer política de expansão da língua portuguesa tem de ter uma razão e substracto económico que só o Brasil está em condições de proporcionar. A integração crescente de Portugal na Europa tende a localizar a esfera de influência do português.

As exigências da globalização requerem uma utilização dinâmica das línguas. O investimento nas novas tecnologias de comunicação é indispensável para não relegar o legado linguístico e cultural para um localismo curioso. A força do Brasil é mais uma vez indispensável para tal investimento. Só o peso demográfico e industrial do Brasil pode rentabilizar tais investimentos e impô-los à escala mundial. O Brasil teria imenso a ganhar se porventura estendesse o seu interesse a África, onde tem pontos de entrada facilitados – através dos PALOP – nos vários agregados económicos, uma proximidade marítima e uma tecnologia mais adaptada. Mas essa realidade está por construir.

É indubitável a existência de uma zona de conforto afectiva e cultural entre os falantes de português, e crioulos próximos. Este é um fenómeno natural e observável em outros espaços linguísticos. As manifestações espontâneas de proximidade são demasiado numerosas para serem aqui referenciadas. Da culinária à música, da literatura aos media, há uma projecção importante destas manifestações de interesses comuns. Paradoxalmente continua a existir, ao mesmo tempo, um certo desconforto com a definição deste espaço como sendo lusófono.

A História é responsável por o Brasil ter uma visão menor de Portugal. A descolonização da Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e Timor foi caracterizada por conflitos armados que ainda têm marcas visíveis. Macau e a Índia portuguesa tinham uma presença portuguesa tão restrita que quase não se reconhece a herança linguística. Todos estes factores contribuem para que seja preterido qualquer reconhecimento imediato de Portugal como uma referência cultural. A palavra “Lusofonia”, vem de Luso, uma designação demasiado cognitiva de português para ser facilmente aceite por outrém. Para além do facto de não ser tão facilmente discernível como hispânico, anglófono ou francófono, mais claramente conotados com a língua, e não com um país ou povo.

Como alternativa surgiram as denominações de “Países de expressão” ou “de língua oficial” portuguesa, eufemismos que denotam o assinalado desconforto. O que é certo é que este desconforto tem tido outras manifestações. Assim, os vários movimentos e intercâmbios culturais ressentem qualquer tentativa de apropriação institucional e

criticam severamente intervenções governamentais, quer seja com um acordo ortográfico da língua portuguesa ou na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A CPLP

A CPLP é uma espécie de bombo da festa. Mas a verdade é que a CPLP, pelos seus meios limitados e estrutura burocratizada, é um alvo fácil e identificável do falhanço da lusofonia institucional.

Do pletórico número de associações e instituições de língua portuguesa – académicas, religiosas, desportivas, camarárias ou profissionais – quase todas podem reclamar mais resultados do que a CPLP, apesar de todas terem escassos meios. Algumas Fundações portuguesas e brasileiras fazem mais pela disseminação e promoção da língua portuguesa do que a CPLP, órgão oficial de oito Estados.

A verdade é que cada um dos três cantos do triângulo chega à CPLP por razões e caminhos diferentes. As agendas estão longe de se compatibilizar e seria moroso enumerar aqui as razões. A falta de um conteúdo económico determina a fragilidade institucional da CPLP. As agendas políticas, sobretudo em política externa também têm ditado as opções distanciadas de cada um. Mesmo assim a CPLP, de vez em quando, reclama protagonismo, como no caso dos conflitos guineense e timorense. Mas normalmente com efeitos tácticos mais do que estratégicos, e com impulsos reactivos mais do que activos.

A título comparativo as bases da Commonwealth são explicitamente políticas e de cooperação em domínios específicos como a parceria entre os sectores público e privado, administração pública, reforço parlamentar, etc. As bases da francófonoia, sobretudo em África, são financeiras (com a existência de uma zona monetária, o CFA) e eminentemente culturais, e apenas subsidiariamente políticas. As ambições da CPLP são difusas e demasiado longe da realidade dos meios. Mesmo como mecanismo de coordenação os seus meios são insuficientes. Torna-se assim difícil responder às expectativas. O facto das nomeações para cargos, inclusive o posto de Secretário Executivo, se fazerem com regras demasiado políticas, minimiza o impacto e a prestação de contas.

Esta dura realidade empurra os países membros da CPLP a privilegiar, como é natural, as suas integrações regionais como mecanismo de responder aos desafios da globalização.

A descontinuidade geográfica sem substracto económico continuará a ser um desafio que empurra a CPLP para as emoções e afectos.